

AS CIÊNCIAS SOCIAIS A PARTIR DAS MARGENS

Otávio Velho

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo:

O texto faz uma crítica ao fato de as análises políticas entre nós costumarem privilegiar de forma unilateral os eventos e atores considerados centrais, em detrimento das periferias, supostamente inertes. Em contraposição, busca mostrar o papel ativo e, por vezes, autônomo e vanguardista das chamadas periferias. E a contribuição que pode advir de uma interpretação a partir das “margens”, inclusive numa reinterpretação da natureza do Estado e numa crítica mais geral ao eurocentrismo.

Palavras-chave: Centro. Periferia. Estado. Eurocentrismo.

SOCIAL SCIENCES FROM THE MARGINS

Abstract:

The text criticizes the fact that the political analysis among us tend to to favor unilaterally events and actors considered central at the expense of the peripheries, supposedly inert. By contrast, seeks to demonstrate the active role and sometimes autonomous and avant-garde of the so-called peripheries and the contribution that can arise from an interpretation from the "margins", including a reinterpretation of the State's nature and a more general critique of Eurocentrism.

Keywords: Centre. Periphery. State. Eurocentrism.

- I -

Há sete anos, logo após as eleições presidenciais, escrevi um artigo de jornal que denominei “Um Imenso Grotão?” (com ênfase no ponto de interrogação). Esse artigo terminava dizendo:

Na falta de conceitos adequados, a tendência é ignorar o que se passa ou tentar reduzir tudo a imagens anteriores. Imagens como a da divisão do país entre uma face supostamente progressista e outra, atrasada, dos ‘grotões’ tidos como dependentes do Estado, quando na verdade essa dependência se traduz num volume de recursos que nem de longe se aproxima daquele de que se beneficiam direta ou indiretamente os setores considerados avançados. Ainda está por se fazer a teoria econômica e social de tudo isso. Mas a eleição que agora termina teve o mérito de não deixar que se continue a ignorar o que se passa, mesmo à custa de muita perplexidade. Isso porque a grande votação de Lula não permite que a consideremos como oriunda dos grotões: é impossível que haja tanto grotão assim. [...]

O movimento do primeiro para o segundo turno abalou as crenças sobre a importância dos ‘formadores de opinião’ e a suposta transmissão de

informações e de valores partindo do centro para a periferia. O que houve foi uma inversão de mão e uma extensão, através de mecanismos moleculares que pouco conhecemos, daquele que já havia sido, no primeiro turno, o voto preferencial da chamada periferia. Foi ela que mostrou, assim, sua capacidade de influência e indicou a possibilidade de reduzir os riscos da polarização Norte-Sul vaticinada por alguns.

Vamos ver de quanto tempo precisaremos para absorver tudo isso. Absorver, inclusive, que o crescimento econômico precisa ser qualificado e de que não se trata apenas de fazer crescer o bolo. Neste ínterim, esperemos que a capacidade de reconhecer a nova situação prevaleça sobre o ressentimento. (VELHO, 2006a, p. A3).

Aquilo a que eu me referia, contrapondo-me, nesse artigo, era a uma “teoria” que tinha largo trânsito na época, segundo a qual a opinião dos “centros”, tal como expressa pelos chamados formadores de opinião, tendia inexoravelmente a se espalhar para as periferias, os então denominados “grotões”. Era só uma questão de tempo e a imagem – agitada – era a de uma pedra que, jogada num lago, formava círculos concêntricos cada vez mais amplos. Em um artigo publicado numa revista semanal no final do mesmo ano, eu desenvolvia um pouco mais a minha contra-argumentação, e aqui cito extensamente a mim mesmo:

A linguagem da luta política costuma acentuar a exploração embutida nas relações sociais e a vitimização das classes populares. Nada mais verdadeiro. Ao mesmo tempo, é importante lembrar como, dadas as circunstâncias adequadas, o processo de resistência à exploração cria as condições para uma transformação que não se reduz à nostalgia das condições perdidas:

‘A possibilidade de mudança do modo de vida alterou as expectativas dos agricultores com relação ao papel da escola na comunidade de tal modo que ter uma escola no reassentamento ‘igual à dos ricos’ transformou-se em um ‘sonho’ que queriam ver realizado.’

Eis como Jacqueline Parmigiani resume em sua dissertação na Universidade Estadual de Londrina a nova atitude dos pequenos agricultores atingidos pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Salto Caxias, hoje residindo no Reassentamento São Francisco de Assis no município de Cascavel (Paraná).

Na mesma linha, em dissertação na Universidade Federal Fluminense, Gil Felix mostra como o acesso à terra no Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Praia Alta/Piranheira no Sudeste do Pará pode se constituir numa das condições ‘...de adquirir outra terra, de conseguir algumas cabeças de gado, de ter vizinhos conhecidos, de solucionar conflitos com fazendeiros vizinhos, de montar um açougue ou de comprar uma casa na rua’.

Ou seja, há uma sutil combinação através da qual essas novas circunstâncias fazem ampliar o poder das pessoas. Por vezes de modo inteiramente inesperado do ponto de vista dos planejadores. Situações como essas, que vão se tornando cada vez mais frequentes, são absolutamente diferentes das idéias associadas à noção de ‘grotões’, recentemente ressuscitada para ‘explicar’ a ignorância que supostamente caracterizaria o voto popular. Inteiramente diferentes, também, da idéia de que os projetos sociais do governo criariam novos assujeitamentos.

Os exemplos podem ser multiplicados. E mostram como a pesquisa de campo das ciências sociais pode ser crucial para que o Brasil se conheça melhor, restando criar as condições para que essa produção se alargue e seja mais

conhecida. Aliás, a presença das universidades é outro elemento que tem alterado significativamente a paisagem social. Sobretudo porque cada vez mais – especialmente no caso das universidades que, também elas, eram consideradas periféricas – a produção do conhecimento mostra-se inseparável daquilo que se denomina ‘extensão’ universitária. Essas universidades tornam-se vanguarda neste processo, inclusive na crítica à concepção de extensão e a sua posição marginal na vida acadêmica. Trata-se agora não só da articulação genérica da vida universitária com a sociedade envolvente, mas também a de saberes universitários e não-universitários tratados simetricamente. Isso se dá das mais variadas maneiras. No já mencionado Reassentamento São Francisco de Assis, dá-se no modo como jovens professoras freqüentam em regime de contra-turno o curso regular de bacharelado em ‘Pedagogia para Educadores do Campo’ da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no vizinho município de Francisco Beltrão. Curso criado por reivindicação da Articulação Paranaense, o fórum dos movimentos sociais do campo que atuam no Estado. Mas dá-se também no modo como jovens agricultores freqüentam em Marabá (Sudeste do Pará) cursos promovidos em sua aprazível sede pela Escola Familiar Agrícola em projeto do qual a Universidade Federal do Pará faz parte juntamente com a federação e os sindicatos rurais.

E tudo isso passa a ter um grande poder transformador da própria vida universitária: seja através da presença desta nova clientela que traz uma bagagem cultural enriquecedora, seja pelos desafios que obrigam a que se pratique a interdisciplinaridade, ultrapassando assim os tradicionais limites rígidos entre departamentos e institutos que caracterizam a nossa rotina acadêmica. Interdisciplinaridade que não se restringe às ciências sociais, alcançando áreas da biologia como a agronomia, a veterinária, sem falar das engenharias, da computação, da química, etc. Corta-se assim o nó górdio das longas discussões sobre a interdisciplinaridade.

As mudanças que vão ocorrendo colocam, aliás, importantes desafios para as nossas teorias. Como é possível que, ao contrário de tudo o que aprendemos sobre a ‘cultura’ ou o ‘modo de produção’ camponês, as mulheres ganhem seguidamente um papel de liderança? Como é possível que as novas organizações criem os seus especialistas e novos e amplos circuitos, de tal maneira que uma sítante que se destacou como liderança em Cascavel possa vir a ser convidada a participar de um projeto no Piauí? Como é possível que as lideranças locais desses movimentos sejam capazes de mobilizar formal e informalmente prefeituras, governos estaduais, as mais variadas repartições do governo federal, ONGs, agências internacionais (que promovem reuniões com trocas de experiências absolutamente ‘globais’) por sua própria iniciativa, e não como parte de um processo de assujeitamento? Como é possível que numa dinâmica reveladora de um amadurecimento político e de uma sofisticação difíceis de se observar entre as classes médias urbanas se decida uma eleição apertada como a do Paraná, apesar da complexidade das relações com o candidato que se decide apoiar? Como é possível que um movimento como o dos sem terra resolva abrigar índios guaranis deslocados de uma área de preservação ambiental rompendo com séculos de preconceito? Como é possível estabelecer novas disciplinas de trabalho e de cooperação, que incluem questões como a dos transgênicos e da preservação ambiental, a ponto de se criar no Reassentamento São Francisco de Assis uma área de eco-turismo freqüentada e admirada pela população da região? E tudo isso apesar das dificuldades e contradições envolvidas nas diversas etapas do processo.

Trata-se de um mundo novo para muitos de nós. Mundo facilitado pela ampliação dos meios de comunicação e de transporte, a extensão de serviços públicos e a aglomeração das pessoas em pequenos núcleos que quebram a polarização entre o urbano e o rural. Mundo onde os jovens se vestem e conversam com os seus congêneres nas capitais, como atesta Manuel Domingos Neto da Universidade Federal do Ceará para o caso do semi-árido nordestino. Mundo cheio de siglas estranhas como CRABI (Comissão

Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu) e APOINME (Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Mas a multiplicação dessas siglas é sintoma de uma realidade complexa, a exigir um trabalho de negociação política permanente que contesta a suposição de um monopólio, estatal ou não (só a Articulação Paranaense é composta por treze entidades). Um mundo novo que não se restringe aos espaços dos projetos, seja porque há fatores mais gerais em jogo, seja porque há circuitos de intercâmbio e de trocas de todos os tipos que não conhecem fronteiras, seja porque ao lado de evidentes novidades, o que esses projetos fazem é revelar fenômenos sociais até então pouco perceptíveis ou distorcidos, como é o caso da importância do papel das mulheres. Não é à-toa que estudo conduzido por Jorge Villela e Ana Claudia Marques em Pernambuco aprofunda a constatação de pesquisadores sobre o quanto a chamada 'venda do voto' oculta uma realidade muito complexa, que seguidamente inclui um poder do eleitor que faz questionar quem é, afinal, o cativo nesse processo.

À acusação de que seguidamente nesses movimentos existem não-agricultores (ou não-índios) se responde com argumentos que sugerem não se estar interessado em nenhum essencialismo. E que se alguém deixa a cidade para participar, isto é sinal de que de fato se está construindo uma 're-existência'. Afinal, existem reassentamentos (como no caso dos atingidos por barragens), mas existem também assentamentos, que não supõem necessariamente um assentamento anterior. E assim não se estará contribuindo para desinchar as nossas cidades? Contribuindo para retirar pessoas de condições de habitação precárias em áreas sujeitas ao domínio do narcotráfico e outros agentes criminosos? Conforme relata Gutemberg Guerra da Universidade Federal do Pará, uma liderança sindical de Altamira surpreendeu os técnicos que argumentavam quanto à inocuidade do empréstimo a agricultores pobres que não pagaram os financiamentos feitos pelo Banco da Amazônia, retrucando que se os agricultores não pagaram, também não saíram de suas terras, indo para as cidades criar problemas. No limite, não é isso mesmo?

Talvez por detrás da teoria dos grotões ou de um novo assujeitamento ocultasse o contrário: o receio da autonomia desses movimentos e pessoas. Autonomia que ameaça os pequenos mundos dos condomínios, dos periódicos e editoras que se contentam com um público – aí sim – cativo, das universidades que não atendem ao conjunto do público. E que defendem este exclusivismo em nome de um suposto universalismo que mal-oculta os privilégios; como é o caso na resistência feroz contra ações afirmativas que permitam uma reparação em favor de grupos historicamente desfavorecidos. Ações, no entanto, não por acaso, já implantadas em muitas dessas universidades de menor visibilidade.

É insidioso este espírito de elite ressentida. Pode reaparecer das mais diversas e inesperadas formas. Mesmo entre os que se supõem de esquerda, até radical. É necessária uma vigilância constante contra esta verdadeira herança maldita. Por exemplo, é importante estar atento para que as propostas de retomada do desenvolvimento ... não percam de vista os interesses populares. Que não se pretenda uma benigna poupança forçada às suas custas e do que se conquistou nos últimos anos em termos de sinalização da possibilidade de reverter o quadro de desigualdade gritante que nos caracteriza. Ou às custas da depredação de nosso patrimônio ambiental. Os 'grotões', certamente, estarão atentos. (VELHO, 2006b, p. 25-7).

Na verdade, desde a década de 1970 eu vinha insistindo numa interpretação do Brasil **a partir** da *fronteira* ou das *frentes de expansão*, em contraste tanto com uma interpretação partindo dos centros óbvios de poder e decisão quanto com estudos estritamente localizados (VELHO, 1976[1979]). Desde então, tenho continuado a me interessar por esses assuntos num sentido cada vez menos exclusivamente geográfico; por exemplo, buscando chamar atenção para a importância da religiosidade das camadas populares, seguidamente negligenciada numa perspectiva que se pretenda moderna (VELHO, 1995). E verificando, nesse processo, o quanto as oposições reveladas nos textos acima citados não são episódicas, e nem idiossincráticas, específicas da formação social brasileira.

Há um livro organizado pela antropóloga indiana Veena Das, juntamente com a sua colega na Universidade Johns Hopkins (USA), Deborah Poole, intitulado *A Antropologia nas Margens do Estado* (2004), que é exemplar nesse sentido. O que daí e de outros indícios se depreende é que as questões de relacionamento entre centro e periferia do ponto de vista das ciências sociais articulam-se, hoje, ao que se pode considerar uma mudança mais geral de paradigmas. De fato, nos últimos séculos, consolidou-se uma oposição binária com inúmeras variantes entre o que esses dois termos – centro e periferia – e seus congêneres designariam. Oposição espacial com projeção temporal, histórica, tal como na clássica noção de “dois Brasis”, um moderno e outro arcaico, que mesmo quando complexificada não deixa de habitar e colorir o nosso imaginário, e ainda como no caso da tal “teoria” dos círculos concêntricos, em que o mundo dos grotões representaria um Brasil arcaico inexoravelmente fadado a uma colonização estrategicamente constitutiva dessas relações e que assim se justifica. A história não se oporia ao dualismo original (como podem fazer crer os debates a respeito), mas lhe imporia uma dinâmica evolucionista – dialética ou não – que, para além das aparências, argumentaria eu, respeita as suas premissas básicas, sobretudo as que dizem respeito a uma modernidade colonizadora e mimética. Modernidade tributária de uma visão eurocêntrica em todas as suas variantes – inclusive as que não se reconhecem como tal – que atravessa o espectro político e as posturas teóricas, revelando o que têm em comum mesmo em tempos diversos e quando pretendem contrapor-se.

Tomando o Estado como referência principal, as organizadoras do mencionado livro e do seminário que lhe deu origem indicam como sendo a sua estratégia analítica e descritiva:

[...] distanciarmo-nos da arraigada imagem do Estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos plenamente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Ao invés, pedimos aos participantes do seminário para refletir sobre como as práticas e políticas da vida nessas áreas moldavam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem, de algum modo, essa coisa que chamamos de ‘Estado’ (DAS; POOLE, 2004, p. 3).

Sugerem que, sendo a antropologia ela mesma considerada uma voz marginal no que diz respeito à teoria política ocidental, ofereceria um ponto de partida ideal para um repensar radical do Estado que uma visão a partir das margens demanda. Tratar-se-ia de um convite para repensar as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal que atravessariam inclusive o coração do mais bem-sucedido Estado liberal europeu. Em suas palavras, uma “antropologia das margens” (DAS; POOLE, 2004, p. 4), que ofereceria uma perspectiva única para a compreensão do Estado e desafiaria a teologia política europeia que atribui a ele – paradigmaticamente na obra de Max Weber – qualidades de transcendência e de monopólio da violência (DAS; POOLE, 2004, p. 5-6). Ao invés, é sugerido que aquilo normalmente considerado excepcional (como os estados de exceção) constitui práticas embutidas na vida cotidiana (DAS; POOLE, 2004, p. 13). E a fronteira entre o legal e o ilegal, ao contrário de coincidir com uma divisão entre centro e periferia, percorre as repartições e instituições que corporificam o Estado (DAS; POOLE, 2004, p. 14). As margens não são inertes; o Estado, no seu cotidiano, é reconfigurado nas margens, cujo caráter indeterminado pode quebrar a solidez que lhe é seguidamente atribuída (DAS; POOLE, 2004, p. 19-20). As preocupações cotidianas dos que habitam diferentes modos de socialidade do que aqueles imaginados no aparelho burocrático-racional do Estado pressionam, por exemplo, para a reconfiguração dos sistemas estatais na direção de diferentes noções de justiça, até mesmo através do papel do júri, que Weber considerava uma “irracionalidade primitiva” (WEBER apud DAS; POOLE, 2004, p. 22). Os mundos locais e o Estado não se opõem binariamente, mas fazem parte do mesmo novo. Dizem elas:

Tais margens em que um quadro diferente do bem comum é acionado, não são apenas espaços que o Estado ainda terá que penetrar; ao invés, podem ser vistos como *loci* onde o Estado é continuamente formado no recôndito da vida cotidiana. (DAS; POOLE, 2004, p. 23).

Foucault já mostrara como o controle exercido nas margens poderia ser generalizado e normatizado para populações inteiras; e as colônias constituíram locais privilegiados para a gênese desses mecanismos (FOUCAULT apud DAS; POOLE, 2004, p. 26-7). Mas, uma vez que os habitantes das margens não são inertes, sua experiência pode gerar modos práticos de lidar com o Estado. As margens, na verdade, seriam centrais para a compreensão do Estado, que, por sua vez, pode ser visto ele mesmo como marginal em relação ao corpo de cidadãos (DAS; POOLE, 2004, p. 30). E, por meio de contribuições etnográficas que cobrem diversas partes do mundo (no caso da América Latina: Guatemala, Peru e Colômbia), o livro pretende mostrar como isso se dá, e como, a partir das margens, pode-se aprender sobre as alterações profundas que vão se dando no mundo de hoje – não apenas com o Estado, eu enfatizaria, até para não alimentar entre nós a oposição simples entre Estado e mercado que, em boa parte do nosso pensamento político e econômico, impede a consideração dos grupos sociais concretos –, questionando as nossas categorias de pensar e de organizar o nosso conhecimento.

- III -

Seria o caso, portanto, de se perguntar se as “margens” – ou a periferia, ou os “grotões”, como se queira –, ao invés de serem antípodas dos “centros”, não poderiam ser vistas como lugares privilegiados para revelar aquilo que apenas se *disfarça* melhor nos “centros”, o que, ao transferir a questão para um panorama mais amplo, se manifestaria num jogo complexo e dinâmico de dominâncias e recessividades que faz com que, por vezes, um diálogo interno só possa ser deflagrado por um encontro entre culturas – a dominância de uma trazendo à tona o recessivo da outra (NANDY, 2011). Ou então, num jogo de antinomias (VELHO, 2007a), de qualquer maneira rompendo-se com a visão das oposições simples entre presenças e ausências. Oposições estas que costumam organizar o nosso pensamento, por exemplo, nas clássicas e naturalizadas comparações entre o Brasil e outros países, rotineiramente os da Europa ou os Estados Unidos, que tanto têm marcado implícita ou explicitamente o pensamento social brasileiro e que a antropologia abraçou prazerosamente, dada a sua tradição das comparações por contraste.

Isto foi de certo modo formulado de maneira provocativa e inesperada para mim por um pastor brasileiro da Igreja Universal do Reino de Deus, a que assisti em Lisboa há alguns anos. O pastor buscava veementemente convencer os seus ouvintes de que o fato de as entidades afro não serem reconhecidas em Portugal **não** significava que elas lá não estivessem, e atuantes (o que significa, aliás, também, que o aprendizado nos vem seguidamente de fontes e linguagens as mais inesperadas, tal como já deveria ter nos habituado uma etnografia radicalmente simétrica). É verdade que, ao lado do seu contrário e também das evidentes ambivalências, essa percepção presta-se a uma política e a uma prática de evitações e segregações que podem ter o Brasil como alvo, quando não como um campo de missão. A evitação, aliás, me pareceu sugerida algum tempo mais tarde em Misiones, na Argentina, ao se identificar o Brasil como “centro” de propagação das mais diversas entidades, dando-se nos casos em que essas são consideradas maléficas; caracterização que oscilava muito de acordo com a versão, originalmente evangélica ou ela mesma afro. Mas de um modo mais geral, o que essa percepção representa é de fato o reconhecimento vivido de inevitáveis e estruturantes conexões e contágios, cujo sentido é, no entanto, diversificado e transformável; ao mesmo tempo nos alertando, por isso mesmo, contra abusos, reificações e reducionismos na identificação das diferenças (VELHO, 2012). E esse reconhecimento, por sua vez, pode levar a que se assuma o fato de, a partir da periferia, se desenvolver perspectivas privilegiadas, na medida em que daí se enxergue por ângulos distintos aquilo que de outros lugares é menos evidente. Os exemplos poderiam ser multiplicados, sem prejuízo da sua convivência paradoxal com outras formas de contágio, como as antigas e persistentes posturas *mais realistas do que o rei*, a outra face da mesma moeda (VELHO, 2007b).

Nos últimos anos, esse reconhecimento parece se tornar crescentemente público, mas particularmente – embora isso possa ser invertido – devido a desilusões com o paradigma eurocêntrico. Desilusões acompanhadas de surpresas com desenvolvimentos inesperados no *Terceiro Mundo* – em outra oportunidade eu gostaria de argumentar a favor da atualidade dessa expressão – que contrariariam a história estabelecida. O que é o caso, por um lado, diante da observação do caráter crescentemente fechado dos sistemas políticos e econômicos do Primeiro Mundo, que não parece permitir mais o contraste tão nítido entre o nosso autoritarismo e o liberalismo deles que foi fundamental no passado para as minhas próprias reflexões (VELHO, 1979[1976]); e, por outro lado, a visibilidade incontornável dos chamados *emergentes* e tudo o que

representam no mundo de hoje. Elementos que mais uma vez revelam como a coruja de Minerva de fato só alça voo ao anoitecer, perseguindo os acontecimentos – como, aliás, se manifestou de novo, recentemente, a propósito das manifestações de junho de 2013, que nenhum analista previu.

Uma das implicações disso tudo é que, ao abandonarmos esses dualismos, por sua vez, contemplemos a hipótese contraintuitiva de que os processos de mudança possam redundar em um leque muito maior de resultados do que sugeriria uma visão que tomasse a história europeia (ou seu estereótipo) como paradigma e referência. Como também que aquilo que temos observado etnograficamente em nível “local” talvez deva ser proveitosamente projetado num panorama global para pensar as relações entre grandes entidades, o que revelaria o caráter detonador de uma importante alteração de perspectiva que pode ter uma ciência social a partir das margens, tanto do ponto de vista analítico descritivo quanto de uma teorização mais ampla ou mesmo de uma discussão de natureza epistemológica e política. O que deveria pôr em xeque também as próprias relações acadêmicas internacionais e as redes em que nos inserimos, sugerindo novos modos de relacionamento, bem como novas articulações e mesmo alianças.

Mas esse deveria ser um esforço coletivo. Esforço que começasse por colocar entre parênteses as hierarquias organizadoras das nossas comunidades de pesquisa, e em que verdadeiramente déssemos a palavra às margens no sentido proposto. Sentido que não se reduz a um complemento ritualístico, em nome de princípios abstratos, àquilo que verdadeiramente interessa a uma ciência social “séria”. Ciência que supostamente trataria diretamente e sem desvios do que se passa nos centros que importam, e nessa medida seria reconhecida, o que constitui para nós um permanente canto de sereia, quando não um exercício de narcisismo e de um senso erudito quase comum que se comunica fluidamente com aqueles que o cultivam ou que espontaneamente o compartilham. Pelo contrário, estaria mais próximo da retomada dos princípios de uma prática milenar registrada em muitas tradições – tanto do Ocidente quanto do Oriente – segundo a qual um passo para fora da *Cidade* ou daquilo que ela representaria como lugar de civilização, diferentemente do que creem os mais realistas do que o rei, é também um passo essencial para questionar o normal e o estabelecido, e até as conotações negativas usuais da *anomia*, bem como para questionar uma confusão entre, por um lado, um projeto eurocêntrico historicista de modernidade, que se faz acompanhar da transformação de uma defesa das liberdades individuais – que em certo momento nos uniu na resistência ao autoritarismo – num ideário individualista em suas

diversas versões, possuidor de considerável capacidade de controlar e organizar numa perspectiva evolucionista e de abuso das diferenças (VELHO, 2012) a agenda libertária e, inclusive, as formas legítimas de democracia e de dissidência; e, por outro lado, o real. O real em toda a sua riqueza, seus mistérios, duplos vínculos e antinomias (VELHO, 2007a), que põem em dúvida as pretensões exclusivistas das teorias e ideologias. E tudo isso num mundo que está longe de ser inerme; constatação que, por sua vez, nos aproxima de uma poética da vida. Mas aproxima pelas margens, evidentemente, aí incluídos os humanos e não humanos que as habitam, no sentido mais amplo.

Quem sabe, até, os cientistas sociais, ao invés de se ofenderem e buscarem demonstrar o contrário – por vezes com efeitos nefastos – aos colegas de outras áreas que os tratam como periféricos, não deveriam assumir e valorizar essa posição reveladora do que alhures é recessivo? Poderiam, então, construir – por que não? – um novo e relevante papel na transformação do conjunto do campo científico e no relacionamento deste com a sociedade e outros modos de conhecimento (VELHO, 2007c). Mas isso pode ficar para tratarmos em outra ocasião.

Referências

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004. 330 p.

NANDY, Ashis. Evaluating Utopias: considerations for a dialogue of cultures and faiths. In: **Traditions, Tyranny, and Utopias: essays in the politics of awareness**. New Delhi: Oxford University Press, 2011[1987]. p. 1-19.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. 261 p.

_____. **Besta-Fera: Recriação do Mundo; ensaios críticos de antropologia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 250 p.

_____. Um Imenso Grotão?. **Folha de S. Paulo**, 31 out. 2006a, Caderno Opinião, p. A3.

_____. A Conquista da Autonomia: a universidade e os movimentos sociais articulam-se e transformam o país. **Carta Capital**, ano XIII, n. 425, 27 dez. 2006b, núm. Especial, p. 25-7.

_____. Epistrophê: do Duplo Vínculo às Antinomias e de Volta. **Rever**, Revista de Estudos da Religião, São Paulo, ano 7, p. 123-144, set. 2007a.

_____. **Mais Realistas do que o Rei:** ocidentalismo, religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro, Topbooks, 2007b. 383 p.

_____. Is Religion a Way of Knowing? In: HARRIS, Marks (org.). **Ways of Knowing:** new approaches in the anthropology of experience and learning. Nova York e Oxford: Berghahn Books, 2007c. p. 64-90.

_____. Usos e Abusos da Diferença. In: HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico; RODRIGUES, Elisa (orgs.). **Experiências e Interpretações do Sagrado:** interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 27-44. (Coleção Estudos da ABHR).